Pará concentra 36% da redução do desmatamento na Amazônia de 2022 a 2024

Foto: Fernando Sette / Divulgação | Embora apresente maior queda quando comparado com outros Estados, Pará ainda lidera os números de desmatamento do bioma.

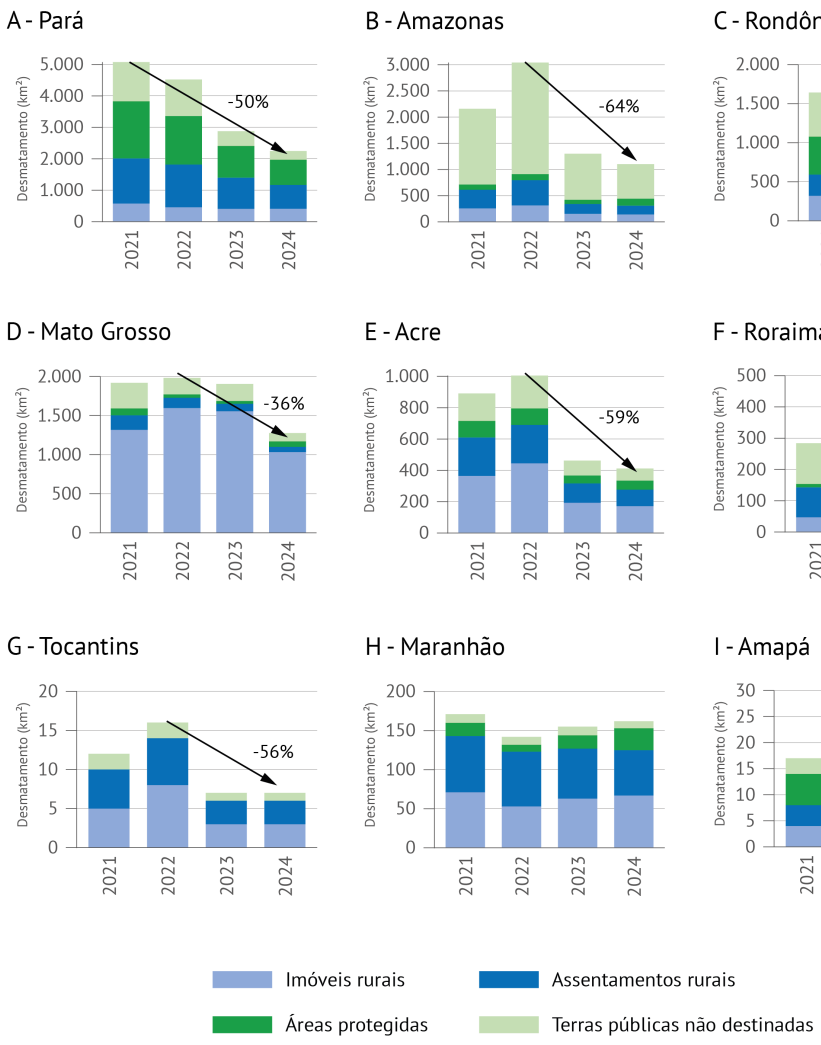
O Estado do Pará concentrou 36% da redução do desmatamento na Amazônia entre 2022 e 2024, segundo nota técnica lançada pelo IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) nesta sexta-feira (5), Dia da Amazônia. No primeiro lugar da lista, o Estado é seguido pelo Amazonas, que respondeu por 30% da redução do bioma no mesmo período.

Além do Pará e do Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Acre também contribuíram para a queda do desmatamento no bioma, com 17%, 11% e 9%, respectivamente. O documento afirma que, ao analisar o perfil da redução ou aumento do desmatamento nas diferentes categorias fundiárias, é possível identificar o papel "crucial" de Áreas Protegidas e Terras Públicas Não Destinadas na redução de desmatamento.

Segundo Rafaella Silvestrini, pesquisadora do IPAM e uma das autoras da nota técnica, a razão para a queda nos índices de desmatamento nessas regiões seria o aumento da fiscalização nos últimos dois anos – aumento este que se deu por uma alta anterior do desmatamento nessas áreas.

"As fiscalizações geralmente são direcionadas para a região que estava, anteriormente, com maior desmatamento – justamente para ser mais efetivo. É uma região que sai do Acre e do Amazonas e vai até o Pará, que é chamado de 'o novo arco do desmatamento'", explica Silvestrini.

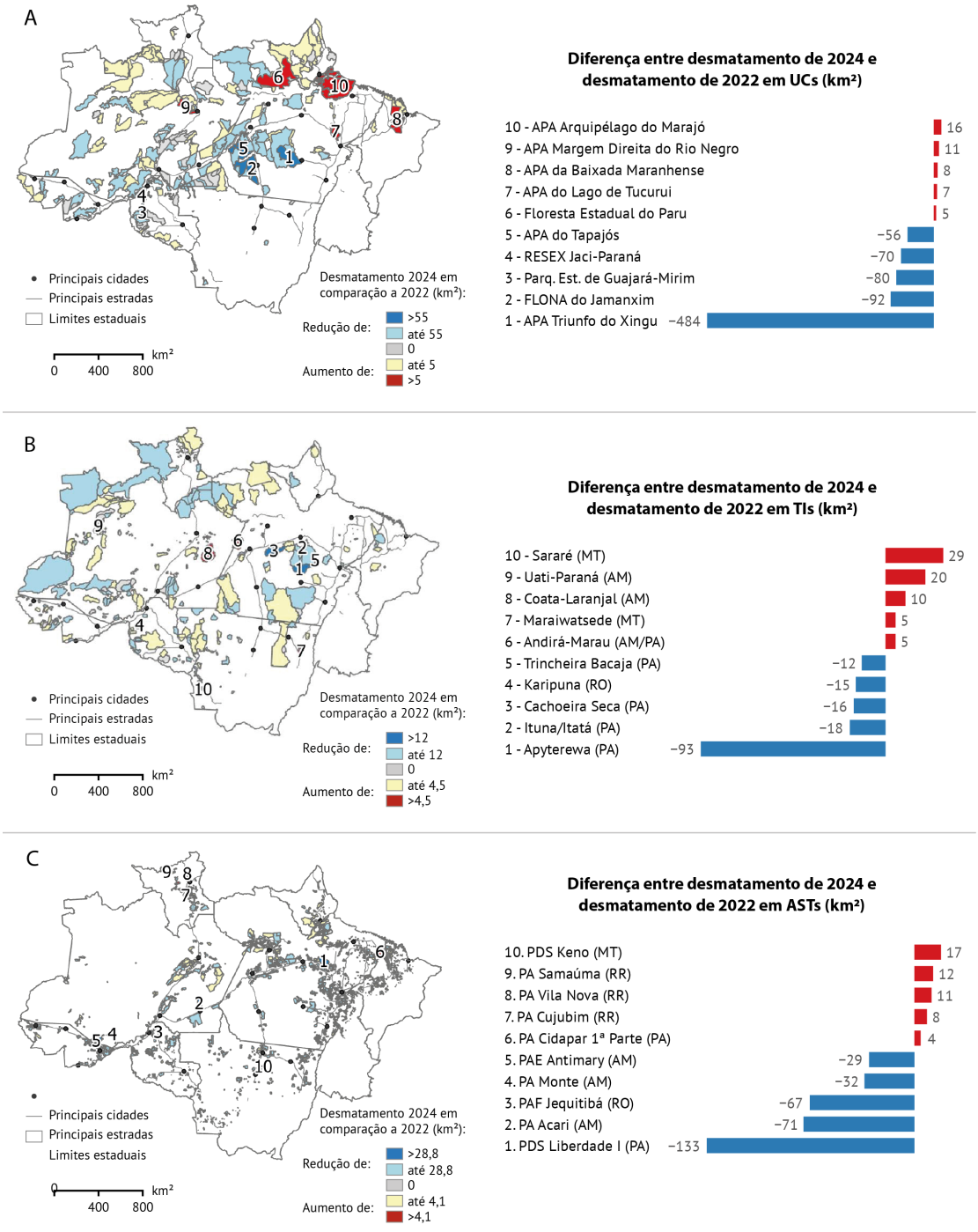
Já Roraima, Maranhão e Amapá são as Unidades Federativas que apresentaram aumento na taxa de desmatamento, segundo a nota. Na avaliação de Ane Alencar, diretora de Ciência do IPAM, uma provável causa para essa alta seriam os incêndios florestais na região, principalmente de 2023 a 2024 – período em que a Amazônia enfrentou uma das secas mais severas já registradas.



“O aumento do desmatamento no Amapá e no Maranhão ocorreram principalmente dentro de áreas protegidas, como Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Em Roraima, grande parte do aumento [do desmatamento] se deu em áreas privadas, em especial nos imóveis rurais. Esse aumento pode estar relacionado com o fogo”, afirma Alencar. No entanto, embora a diretora mencione que as queimadas sejam a causa mais provável

para um avanço da destruição na floresta, ainda não há respostas definitivas, destacando a necessidade de continuar os estudos referentes ao processo de desmatamento na região.

Queda do desmatamento nas rodovias



Um dos dados que chama a atenção no documento elaborado por pesquisadoras do IPAM é o fato de a redução do desmatamento de 2022 a 2024 ter apresentado uma “distribuição geográfica

concentrada”, principalmente ao longo das principais rodovias da Amazônia – região que, historicamente, tende a concentrar o desmate.

Até mesmo as Terras Públicas Não Destinadas – uma das categorias fundiárias citadas pela nota técnica como fundamental para a queda do desmatamento – tiveram maior redução ao longo de rodovias. A Transamazônica (BR-020), a Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Porto Velho-Manaus (BR-319) são algumas das estradas analisadas no estudo.

No sul do Amazonas, nas proximidades do entroncamento das rodovias BR-230 (TransAmazônica) e BR-319, também foi identificada uma “expressiva redução”, principalmente nos arredores dos municípios de Lábrea, Canutama, Humaitá, Apuí e Manicoré. No Pará, o sudoeste do Estado também apresentou queda do desmatamento ao longo da BR-163, próxima às cidades de Novo Progresso e Castelo dos Sonhos; e na região da Transamazônica, em municípios como Pacajá e Anapu.

Silvestrini afirma que, nesses casos, a redução também se deu provavelmente pela fiscalização. Na avaliação da pesquisadora, o fato de a presença das rodovias representar fácil acesso às regiões é tanto um fator para o desmatamento quanto para a fiscalização anti-desmatamento.

“Para os agentes fiscalizarem, eles precisam chegar lá com o carro, então, são os locais de fácil acesso – e que também são os locais mais desmatados, justamente porque são de fácil acesso. Tanto que, é por isso que esses lugares são mais desmatados, e, quando acontece a fiscalização, é onde acontece a maior redução”, diz.

Pará ainda lidera desmatamento

Embora seja o Estado a apresentar maior redução nas áreas desmatadas quando comparado com as outras Unidades Federativas que também tem a presença do bioma amazônico em seus territórios, o Pará seguiu liderando o desmatamento em 2024.

De 2022 a 2024, o Pará se destacou como tendo a maior redução absoluta no período, 2.273 km², com uma diminuição de 50%. No entanto, mesmo com a queda, o Estado que receberá a COP30 (30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas) em novembro ainda responde por 37% do total desmatado no bioma Amazônia (ao todo, 2.255 km²). Segundo a nota, o Pará é seguido pelo Mato Grosso e pelo Amazonas , que responderam por 21% e 18% do total desmatado no bioma, respectivamente.

"Um fator que conta muito é que tanto o Pará quanto o Amazonas são os dois maiores Estados e os que têm frente de desmatamento relativamente recentes em relação, por exemplo, ao Mato Grosso, em que o desmatamento começou há mais anos", afirma Silvestrini. Ela explica que, dado o tamanho do Pará e do Amazonas, ainda há "muita floresta", e, portanto, muita área a ser desmatada em comparação com outros Estados que já desmataram sua área florestal.

Segundo a pesquisadora, a avaliação sobre o caso do Pará deve se voltar para o histórico da região: antes, o acesso às florestas situadas no Pará eram de difícil acesso e que, por conta das rodovias, ficou mais fácil fazer com que o desmatamento avançasse.

A pesquisadora pontua que, atualmente, o foco do desmatamento está na região centro-sul do Estado, enquanto a região norte está "relativamente resguardada". Silvestrini diz que a parte do centro até o sul e a chamada "Terra do Meio" são as que se encontram no arco do desmatamento – e que, consequentemente, hoje são também as áreas mais fiscalizadas.

"Enquanto tiver floresta, as pessoas vão desmatando. Por isso que essas medidas de fiscalização são tão importantes, para, pelo menos, fazer com que o desmatamento seja apenas legal – onde pode ser desmatado. Já seria um problema menos pior do que o que a gente tem hoje", declara a pesquisadora.

Como a pesquisa foi feita

A análise determinou o desmatamento por categoria fundiária e por Estado a partir dos dados do PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite), que reúne informações consolidadas de desmatamento até julho de 2024. O período considerado representa a área bruta desmatada anualmente entre agosto do ano anterior e julho do ano subsequente, e não a taxa anual de desmatamento.

As informações geográficas utilizadas correspondem apenas ao bioma amazônico, desconsiderando as porções de Cerrado e Pantanal presentes em Estados da Amazônia Legal.

Fonte: IPAM e Publicado Por: https://www.adeciopiran.com.br em 05/09/2025:18:00:00 Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog https://www.adeciopiran.com.br (93) 98117 7649/ e-mail: mailto:adeciopiran.blog@gmail.com